

Os filhos do Rosário: memórias da escravidão e o pós-Abolição em Minas Gerais

LÍVIA NASCIMENTO MONTEIRO¹

O trabalho intitulado “Os filhos do Rosário: memórias da escravidão e o pós-Abolição em Minas Gerais” faz parte da minha pesquisa de doutorado que tem como objetivo analisar, através das gerações de congadeiros e moçambiqueiros, a memória da escravidão e do pós-Abolição em Minas Gerais, na pequena cidade chamada Piedade do Rio Grande. A fundação dessa pequena cidade, localizada no campo das vertentes de Minas Gerais, com proximidades ao sul do Estado, remonta ao século XVIII, período em que houve a criação do curato de Nossa Senhora da Piedade, com a Igreja fundada em 1748. No fim do século XVIII e meados do XIX, a região manteve-se pelas trocas econômicas com as Vilas mineradoras vizinhas, São João del Rei e São José Del Rei (atual Tiradentes). Em fins do século XIX e início do XX, as fazendas de criação de gado e abastecimento de milho e feijão permaneceram ativas, mesmo após fim da escravidão. Para José Murilo de Carvalho, a transição do trabalho escravo para o livre na região,

parece ter-se verificado sem traumas. Os ex-escravos saíram da senzalas, se ainda nelas viviam, construíram suas casas em terrenos cedidos pelos proprietários ou terras públicas, e continuaram a trabalhar para os antigos donos, ou para fazendeiros vizinhos. O salário era muitas vezes substituído por parceiros, por trocas e serviços, como moagem de milho. (JESUS, ALVES, 2011: 14).

A família de José Venâncio de Lima, 1º Capitão da Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, é um exemplo dessa situação. Seus pais, José Venâncio e Perpétua, foram escravos na fazenda da Vargem e com o fim da escravidão, construíram sua casa próxima a essa fazenda, no lugar chamado Maroto e continuaram trabalhando para os antigos donos, com o salário substituído pela parceria. José Venâncio Lima, o filho, nasceu, no ano de

¹ Doutoranda em História pela UFF, bolsista CNPq.

1873 e foi casado com Maria José de Faria, filha dos escravos Maria Iria e Militino, ambos escravos da fazenda do Tejuco, próxima à fazenda da Vargem.

José Venâncio Lima (o 1 capitão) e Maria José *nasceram livres*, nos dizeres de suas filhas entrevistadas, tiveram dez filhos e tais fazem parte da primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade. Foi através dessa família e outras de descendentes de escravos que a Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade foi fundada. Foram eles que reinventaram formas de dominação e dependência nas relações com os fazendeiros – elite branca da região. A experiência do cativo foi requalificada nas primeiras décadas do século XX, o que para Hebe Mattos significou em relações de trabalho e hierarquias baseadas nas relações escravistas.

E aqui cabe uma nota: o que são as congadas em Minas Gerais? As congadas se apresentam em forma de cortejo real, incluem danças e cantos e são compostas predominantemente por negros, que se reúnem para louvar seus santos de devoção. A congada ou os congados, também são chamados de ternos, guardas ou cortes. Os primeiros registros de congados são do período colonial; para José Ramos Tinhorão há notícias das primeiras manifestações de coroação de reis negros realizada com os reis de Angola no século XVII e que tal prática era realizada por escravos e forros no século XVI em Lisboa. Ao estudar o negro em Portugal, Tinhorão liga o surgimento da eleição do rei e rainha à representação política e simbólica do rei do Congo, promovida em 1551, pelo rei português D. João III.

O papel do culto aos santos, especialmente nas irmandades de Santo Elesbão e Santa Efigênia, no século XVIII, para Anderson Oliveira, era um dos fatores de construção de identidades entre a população negra no Brasil colonial; o historiador ainda defende que a Igreja Católica estimulava o culto como estratégia de conversão dos africanos e seus descendentes, mas que estes resistiam e reinterpretavam os códigos católicos, conferindo ao culto outras dimensões que atestava a relativa autonomia dos negros na sociedade colonial. (OLIVEIRA, 2006:60-115) Mariza de Carvalho Soares argumenta que, de acordo com a análise de africanos vindos da Baía do Benim para a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, havia uma ampla e bem organizada rede de relações sustentada pelos laços étnicos,

religiosos e parentais que se organizavam com base na “nação” e na “terra” de onde procediam. Desse modo, no espaço colonial eles abriam mão de certas tradições e mantinham outras, buscando assim uma saída para continuarem existindo enquanto grupo étnico e político.(SOARES, 2004: 303-330). A historiadora identifica no “estado” de folia das irmandades a estratégia para que os conflitos pudessem ser resolvidos, pois as eleições dos reis e rainhas permitia que as identidades étnicas ficassem em evidência e o poder poderia ser partilhado, de acordo com os diversos grupos que compunham as irmandades.

João José Reis defende que as irmandades negras do período colonial se formavam em torno das identidades africanas mais amplas, criadas na diáspora e que uma das principais atividades das irmandades era a “promoção da vida lúdica, ou estabelecer o estado de folia de seus membros e da comunidade negra em geral.” (REIS, 1997: 25). Afirma também que nas festas ocorriam as eleições de reis e rainhas que fundavam na América Portuguesa encantações de reinos africanos e rituais que transformavam a memória em força cultural viva, “(...) eram acompanhadas do bater de atabaques, mascaradas e canções cantadas em línguas africanas. Nessas cerimônias, carregadas de emoção mais do que de devoção cristã, os africanos reviviam simbolicamente suas antigas tradições culturais e consolidavam na prática novas identidades étnicas.”(REIS, 1997:25).

O culto aos santos católicos, no período colonial, era uma forma dos escravos africanos utilizarem o espaço público e se organizarem através das irmandades, de acordo com Marina de Mello e Souza; a coroação dos reis negros ocorria com a eleição dos reis e as festividades com danças e ritmos nos diversos espaços da América portuguesa e as festas promoviam a recriação dos laços comunitários destituídos pelo tráfico.(MELLO E SOUZA, 2001). Em relação às festas, Mello e Souza em seu precioso trabalho sobre os reis negros no Brasil escravista, afirma que o momento das eleições representava o processo de recriação de tradições onde mesclavam fragmentos de uma memória africana e elementos da cultura católica portuguesa. Para a historiadora, a coroação e a realeza representam dentro das irmandades a constituição de identidades africanas, pois há a recuperação dos traços das identidades tribais e dos laços e linhagem, “a união de diversos grupos familiares em torno de um rei, eleito pela comunidade, reforçava o sentido de pertencimento a um grupo e, no quadro

da diáspora africana, a recriação destas tradições funcionou como uma forma de sobrepujar a desagregação social promovida pelo tráfico atlântico.” (MELLO E SOUZA, 2001). As irmandades e as festas também estavam vinculadas à perspectiva católica, como a devoção aos santos católicos e o cumprimento das leis da Igreja (os compromissos das irmandades eram autorizados pelos representantes da Igreja, assim como os pedidos para a realização das festas).

Desse modo, em comum, esses autores consideram que a linguagem religiosa é o terreno da mediação cultural no período colonial e as irmandades, portanto, são entendidas como parte das estratégias encontradas pelos escravos de resistirem à escravidão, como espaço de autonomia e criação de laços de solidariedade e sociabilidade. As irmandades negras, como são classificadas todas as irmandades frequentadas pelos africanos e seus descendentes no Brasil, têm variedade de santos de devoção, como Nossa Senhora do Rosário, Santo Elesbão, São Benedito, Santa Efigênia, Santo Antônio e outras, mas o culto a Nossa Senhora do Rosário é o mais recorrente entre as Irmandades compostas pelos escravos, que para além dos laços criados entre os irmãos, constituíam local de vivência religiosa, cujas tradições africanas e portuguesas caminhavam juntas.

As irmandades do Rosário instituídas em Minas Gerais, no período colonial, são bastante numerosas e expressivas de acordo com Célia Borges; os reis e rainhas pertenciam a diferentes grupos étnicos e eram de diferentes procedências; ser rei conferia prestígio, mesmo a um escravo, por ser reconhecido não só junto dos seus pares como frente à comunidade (BORGES, 2005: 177). Ainda para a autora, havia diversos rituais e a participação de diferentes grupos, portanto, não se tratava de uma representação direta do reino do Congo em terras coloniais, mas era, antes de tudo, uma “representação do novo grupo reconstruído na situação colonial. Mesmo porque em Minas os irmãos provenientes do Congo nem sempre constituíram a maioria das confrarias.”(BORGES: 2005: 177). As festas do Rosário, realizadas pelas irmandades do Rosário, mesclavam missas, procissões, cerimônia de coroação dos reis, banquete e várias representações dramáticas, que de acordo com Célia Borges e Marina de Mello e Souza são conhecidas como Congadas, por conta da eleição dos “reis do Congo”.

Existem estudos sobre Congadas realizados em diversas áreas, por diversos estudiosos – antropólogos, historiadores, sociólogos e outros que problematizam cada localidade e o seu ritual. Em quase todas as análises, destacam-se os aspectos referentes à diversidade rítmica presente no ritual, as celebrações e os elementos africanos e católicos mesclados nessa manifestação. Na década de 1970, Carlos Rodrigues Brandão escreveu sobre a festa do congado em Catalão (Goiás) e inaugurou uma nova fase de estudos sobre o tema, “(...) em busca de um lugar sagrado, como na romaria; conduzindo seres simbolicamente sagrados através de espaços profanos, como na procissão; viajando através de lugares com o anúncio de um festejo religioso em algum local, como a folia...” (BRANDÃO, 1985: 43), comparativamente, Brandão analisou o congado de Catalão em suas diversas facetas e definiu o que chamou de espaços de sociabilidades próprios. Em 1976, Alfredo Rabaçal organizou um glossário sobre a Congada no país, com uma cronologia das referências e estas apareciam em 18 estados brasileiros (RABAÇÃO, 1976). Na década de 1980, Edmilson Pereira e Núbia Gomes escreveram “Negras raízes mineiras”, considerado um marco divisor sobre o estudo do congado em Minas Gerais. Diferente dos trabalhos dos folcloristas², tal aproximou história e antropologia, interpretou essas manifestações como forma de resistência negra, observada através das irmandades e como uma prática social representativa (GOMES, PEREIRA, 1988).

Os principais estudos sobre as Congadas no estado de Minas Gerais associam a história da Congada à história de Irmandades de negros no período colonial e imperial e, com isso, à história da escravidão. Desse modo, tais estudos fundam-se na tradição como ponto essencial dos trabalhos e a Congada como um evento dentro de uma linha linear que vem desde a Colônia até os dias atuais. Elizabeth Kiddy estudou a Congada da cidade de Oliveira, região central de Minas Gerais; seu recorte temporal perpassa três diferentes períodos: colonial, imperial e o século XX e sua análise afirma que a resistência, alternada de conformismo, é uma estratégia e uma condição para a manutenção dessa manifestação cultural ao longo dos tempos. Na visão da autora, a congada é uma tradição de heterogenia,

² Câmara Cascudo foi um dos folcloristas que pesquisou as congadas no Brasil e as dividiu em três grupos: 1) danças e cantos nas Igrejas pela coroação dos Reis de Congo com cerimonial onde o entronizado exerce autoridade sobre os companheiros; 2) danças e cantos interpretativos de fatos históricos e tradicionais da África, ligados pela memória comum e executados nas festas católicas; 3) bailes de reconstituição social. In: CASCUDO, CÂMARA. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

pois “projeta-se nas acomodações das práticas ritualísticas uma força espiritual, baseada nos preto-véios e ancestrais, expressa na devoção à santa.” (KIDDY, 2005). Em sua análise, a manutenção da identidade africana dessa manifestação é alcançada pela maneira como o ritual se acomoda ao tempo presente e que tais rituais não foram “inventados há pouco”. (KIDDY, 2005).

Com a análise dos grupos de congadas no sudoeste de Minas Gerais, Larissa Gabarra, em sua tese de doutorado, procurou entender a relação entre as heranças culturais centro africanas e o uso político e social dessas heranças no cotidiano dos súditos dos reis Congos no Brasil. A Congada, para Gabarra, é entendida como espaço de sociabilidade dos negros e afrodescendentes tomando como ponte de partida a religiosidade presente nas Irmandades a que pertenciam, enfocando a herança cultural africana³ e a mistura com o catolicismo, ambos tendo como fundo a adaptação das práticas culturais dessas manifestações ao longo do século XX.

Para Patrícia Costa, a escravidão lembrada pela congada “promove a reconciliação com esse passado traumático, na medida em que diversos ternos atualizam durante os festejos a aparição de N. Sra. do Rosário para os cativos, evento transformador da imagem e do valor do escravo perante os senhores.” (COSTA, 2006: 12). Ainda para a antropóloga que analisou a Congada de Serra do Salitre, oeste de Minas Gerais, o louvor à N. Sra. do Rosário se constitui chave que permitiu acessar os elementos positivos do passado lembrado através da congada. Com essa análise, Patrícia Costa busca o vínculo com as irmandades de negros do período colonial para explicar a devoção à N. Sra. do Rosário.

Em sua análise sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da região de Jatobá, em Belo Horizonte, Leda Maria Martins afirma que as culturas negras que matizaram os territórios americanos, em sua formulação, evidenciando o cruzamento das tradições e memórias orais africanas com todos os outros códigos e sistemas simbólicos com que se

³ Para Larissa Gabarra, as heranças culturais africanas diluídas no tempo são marcadas por relações de pertencimento e não pela manutenção da originalidade pura, pois as identidades africanas no Brasil foram forjadas no contexto da diáspora e formação do Novo Mundo. GABARRA, Larissa e Oliveira. *O Reinado do congo no Império do Brasil. O Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. Tese de doutorado. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

confrontaram. As congadas, para Martins, são as festas e cerimônias que o Reinado de Nossa Senhora do Rosário fazem para os santos católicos, festejados africanamente.(MARTINS, 1997).

O que distingue a história da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande é a inexistência de registro de Irmandades do Rosário na cidade. Em termos gerais, os trabalhos sobre as irmandades e as congadas tem em comum a explicação datada na *origem colonial*, as Congadas representariam a continuidade das Irmandades, que rompem o século XIX e adentram o XX e os rituais são interpretados como continuidade dos principais elementos das Irmandades de escravos do período colonial. Porém, os rituais e elementos da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade não foram herdados de alguma Irmandade, mas, sobretudo, *foram criados e inventados a partir de outras Congadas*. Consta nos depoimentos orais dos membros do grupo que um dos fundadores, o 1º capitão José Venâncio de Lima, fora convidado para dançar na Congada da cidade vizinha, Ibertioga; *encantado com o ritmo e por devoção a Nossa Senhora do Rosário*⁴, decidiu fundar em Piedade do Rio Grande a Sociedade de Congada e Moçambique, como verificamos na Ata de Fundação da Sociedade:

*Aos dez dias do mês de junho de mil novecentos e vinte e oito, reuniu-se a sociedade de “Congada e Moçambique” para adoração de N. S. das Mercês e N. S. do Rosário respectivamente, sobre a presidência do sr. Francisco Fernandes Teixeira, secretariado por mim José Monteiro do Nascimento, secretário e presentes todos os sócios inscritos e incorporados, para organização dos Estatutos e suas cláusulas, fins e direitos da sociedade e as responsabilidades de cada sócio para com seus superiores.*⁵

Foi com a escrita simples e direta, como nota-se no trecho recortado acima, que o secretário da Sociedade de Congada e Moçambique inicia a Ata de fundação da mesma; no

⁴ Entrevista concedida por Maria Emerenciana Silva, Adalgisa Lima e Lourdes Lima Neves dos Santos em 28 de maio de 2012.

⁵ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928. A documentação encontra-se na casa do atual diretor da Sociedade, Sr. Elcio Mendes, residente em Piedade do Rio Grande-MG.

final do documento consta: *encerrou-se os trabalhos de ata que vai por todos assinada e assinando a rogo dos que não sabem escrever o secretário*⁶. E segue a lista de mais de trinta nomes de homens negros, descendentes de escravos, analfabetos e que trabalhavam nas principais fazendas da região, onde seus pais e avós foram escravos.

É com esse trecho da Ata que apresento a primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade do Rio Grande-MG; José Venâncio Lima, seus filhos e filhas fazem parte da primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros de Piedade, tais se agruparam, inventaram seus símbolos e rituais e associaram-se por questões culturais, históricas e políticas. Todos eles, dos mais antigos, até as gerações mais jovens viveram um tempo estigmatizado pela memória da escravidão, por isso, a necessidade de pertencer a uma experiência comum, inventada, mas que lhes garantiam representação social frente à sociedade de Piedade do Rio Grande.

Foi com essa primeira geração, com os fundadores da Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, que foram reinventadas formas de dominação e dependência nas relações entre os fazendeiros – elite branca da região – e os trabalhadores negros, que continuaram trabalhando nas fazendas, após a Abolição e eram quase todos descendentes de escravos. A experiência do cativo foi requalificada no período do pós-abolição, o que para Hebe Mattos significou em relações de trabalho e hierarquias baseadas nas relações escravistas. (CASTRO, 2005) A fundação da Sociedade de Congada e Moçambique insere-se no contexto da pós-emancipação que abrigou múltiplas modalidades de inscrição social.⁷

A Ata de fundação da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande ainda apresenta as obrigações de cada sócio e essas estão baseadas na “construção” da fé e devoção, no comparecimento aos ensaios e nos arrecadamentos para a compra de material para a festa, como sanfona, imagens de Nossa Senhora entre outros. Não há nenhuma cláusula

⁶ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928.

⁷ Um questionamento levantado por Thomas C. Holt, Rebecca J. Scoot e Frederick Cooper é interessante: quais são as fronteiras adequadas do estudo das sociedades pós-emancipação? Geralmente, os trabalhos sobre o período do pós-abolição remetem ao fim da escravidão e não tem data limite, como afirmam os autores. Para essa discussão, ver especialmente: COOPER, 2005. E ainda, o recente trabalho de Rebecca Scott e Jean Hébrard, sobre a trajetória familiar de descendentes de escravos em diversos espaços atlânticos, datados do fim do século XVIII até o início do XX. (SCOTT, HÉBRARD, 2012.)

que determine a entrada exclusiva de homens negros descendentes de escravos, mas, ao analisar a lista de composição dos homens que assinam como sócios, concluímos que todos eram descendentes de escravos, a exceção do presidente e secretário, ambos brancos e filhos da elite da cidade.⁸ É interessante notar que a organização da Sociedade, como é representada pela Ata, é bastante próxima às Irmandades do Rosário do período colonial, que tinham em seus cargos de secretário, membros da elite local.

A questão que se coloca é porque esse grupo de homens, filhos e sobrinhos de escravos se reuniram numa Sociedade “*para adoração de Nossa Senhora do Rosário e Nossa Senhora das Mercês*”⁹? Em comum, além de todos serem descendentes de escravos e negros, todos estavam excluídos da participação política, eram analfabetos, como verificamos na Ata de fundação da Sociedade (ausência da assinatura dos sócios, é o secretário quem assina para todos), tinham nascido no final do século XIX e começo do século XX, e assim como seus pais e avós, que foram escravos, trabalhavam nas fazendas da região na lida da agricultura.

Quase tudo foi criado, inventado e re-significado com a fundação dessa Sociedade: até mesmo a fé. Por não ter irmandades religiosas em Piedade do Rio Grande, os descendentes de escravos ligavam-se, sobretudo, por laços de parentesco e pela proximidade geográfica das fazendas.

Tal geração fundou a Sociedade e a Festa de Nossa Senhora do Rosário na década de 1920 e até os dias atuais os festejos acontecem na cidade com o pedido de licença para a Igreja Católica, o toque da caixa e da sanfona, as danças, os cantos e os rituais em louvor à N. S. do Rosário, das Mercês e São Benedito. Atualmente, mais de noventa “homens de cor” vestidos de roupa branca, fita colorida na cabeça e guizo no pé participam dessa festa; mas nem sempre foi assim. A primeira geração contava com trinta participantes e poucos recursos financeiros, como verificamos pela Ata analisada.

No terno da Congada e no terno de Moçambique, que são compostas pelos mesmos homens e que juntos compõem a Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio

⁸ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade, de 10 de junho de 1928.

⁹ Ata da Primeira Reunião da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade do Rio Grande, de 10 de junho de 1928.

Grande-MG, a rede de relações mantida entre os membros está nos laços de parentesco, compadrio e solidariedade entre tais. Sob a chefia do capitão, do rei e da rainha Conga, todos os homens dançam e cantam em devoção a Nossa Senhora do Rosário, Nossa Senhora das Mercês e São Benedito.

A festa atualmente acontece no último fim de semana do mês de maio – anteriormente acontecia no mês de outubro. O terno da Congada apresenta-se durante o sábado até a coroação de N. S. do Rosário, realizada a noite, após a missa e o tom da dança é marcado pelo som da sanfona e os passos pela leveza e alegria. O terno de Moçambique apresenta-se na sexta e no sábado à noite e domingo o dia todo e dançam ao som do tambor com passos firmes e guerreiros.

Além dos homens “dançarinos”, existe a Corte, formada pela Rainha Conga, eleita entre os membros da Sociedade, o Rei, príncipe e princesas, todos negros. Pela hierarquia dos ternos o posto mais alto é ocupado pelo capitão. Durante a festa acontece a “chamada de reis”, que são as promessas pagas em dinheiro pelos príncipes e princesas de promessas, que a cada ano se renova entre os moradores locais, ou seja, é o único espaço em que brancos podem participar: pagando promessa. Desse modo, por motivo de saúde ou por qualquer motivo particular, qualquer morador pode fazer uma promessa para Nossa Senhora do Rosário e essa será “paga” no dia da sua festa. O terno da Congada busca cada princesa e príncipe de promessa em sua respectiva casa e leva-os até a Igreja do Rosário, para que lá aconteça o ritual do “pagamento da promessa”.

Em todos os rituais e na devoção a N. Sra. do Rosário o grupo remete-se à memória da escravidão e da liberdade e a história contada do tempo passado é transposta para o presente. O significado desse evento foi (e continua) constantemente redefinido por esse grupo de homens participantes da Congada e Moçambique. À noite, após a celebração da Missa, os ternos dirigem-se para a praça central e dançam em volta da fogueira de aproximadamente três metros de altura, cantando e dançando em tons de guerra e liberdade.

A maioria dos membros fundadores continuaram trabalhando nas fazendas da região no pós-Abolição e a festa era o momento de descanso, quando deixavam as fazendas que

trabalhavam e seguiam para a cidade. Esse grupo estava inserido em redes de relações sociais e de compadrio com os fazendeiros. A festa estava restrita ao grupo dos congadeiros e moçambiqueiros e seus familiares e nos dizeres de alguns entrevistados “*brancos não participavam (...) a gente virou uma turma de festa de maio dos negros e hoje ela é dos brancos também, os brancos adoram muito e tem orgulho da nossa festa*”.¹⁰ Nas palavras de D. Efigênia do Nascimento, cozinheira da festa há mais de 20 anos “brancos não participavam”, desse modo, cabe indagar: até que ponto estamos tratando de um período que valorizava padrões reconhecidos como brancos, enquanto imagens de matriz africana e da escravidão eram combatidas e silenciadas?

É interessante notar o quanto a primeira geração de congadeiros e moçambiqueiros agenciou um processo de racialização das relações sociais (ALBUQUERQUE, 2009:35-37), fato amplamente ligado à construção da identidade negra e baseado na memória da África e da escravidão, presentes em todos os rituais, músicas e passos da Sociedade de Congada e Moçambique de Piedade. A representação da cor em Piedade do Rio Grande esteve relacionada aos interesses políticos dos grupos afrodescendentes em ocupar um lugar representativo dentro de uma sociedade desigual. Ou seja, a origem da Sociedade, ligado à escravidão e à liberdade, contada e recriada a partir da dança foi a estratégia desse grupo, face a história oficial da cidade que ressalta a hierarquia das famílias de brancos. A Congada e o Moçambique em Piedade do Rio Grande é uma narrativa ritualizada pela performance do corpo e da dança expressando a desigualdade para reivindicar e produzir igualdade social.

¹⁰ Entrevista concedida por Efigênia do Nascimento Silva em 03 de junho de 2013.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Bibliografia

ABREU, Martha e MATTOS, Hebe. *Jongos, calangos e folias. Música negra, memória e poesia*. Niterói: LABHOI-UFF, 2007.

ABERTI, Verena. *Ouvir contar. Textos em História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. BORGES, Célia Maia. *Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, século XVIII e XIX*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A festa do Santo Preto*. 2º Ed. Rio de Janeiro: Funarte/ UFGO, 1985.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009

CASTRO, Hebe Mattos. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

COOPER, Frederick. HOLT, Thomas C. SCOTT, Rebecca J. Tradução Maria Beatriz de Medina. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COSTA, Patrícia Trindade Maranhão. *As raízes da Congada: a renovação do presente pelos filhos do rosário*. Tese de doutorado em Antropologia Social. Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. GOMES, Flávio dos Santos (orgs.). *Quase-cidadãos: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DAIBERT JÚNIOR, Robert. *Isabel, a "redentora" dos escravos: Uma história da princesa entre olhares negros e brancos (1846-1988)*. Bauru: EDUSC, 2004.

GABARRA, Larissa e Oliveira. *O Reinado do congo no Império do Brasil. O Congado de Minas Gerais no século XIX e as memórias da África Central*. Tese de doutorado. PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2009.

GOMES, Ângela de Castro; MATTOS, Hebe Maria. “Entre apropriações e circularidades: memória do cativo e política cultural na Era Vargas. *História Oral*, n.1, junho de 1998, PP. 121-143.

GOMES, Núbia. PEREIRA, Edmilson de Almeida. *Negras raízes mineiras*. Coleção Minas e Mineiros. Belo Horizonte: Ed. UFJF, 1988.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

JESUS, Maria Cecília de; ALVES, Maria das Dores. Maria Selma de Carvalho, José Murilo de Carvalho, Ana Emília de Carvalho (org.). *Histórias que a Cecília Contava*. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

KIDDY, Elizabeth. *Blacks of the Rosary: memory and history in Minas Gerais, Brazil*. Pennsylvanis State: University Press, 2005.

LUCAS, Glaura. *Os sons do Rosário. O Congado mineiro dos Arturos e Jatobá*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

MARTINS, Leda Maria. *Afrografias da Memória: o reinado do Rosário no Jatobá*. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

MELLO E SOUZA, Marina de. *Reis negros no Brasil escravista: história da festa da coroação do rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.